

**WALDO
FAZZIO
JÚNIOR**

21ª EDIÇÃO revista,
atualizada
e ampliada

**MANUAL
DE DIREITO
COMERCIAL**

SUMÁRIO

PARTE I – DIREITO COMERCIAL

CAPÍTULO 1 – DIREITO COMERCIAL	3
1.1 Síntese histórica	3
1.2 Objeto do direito comercial.....	4
1.3 Conceito	7
1.4 Fontes do direito comercial	9
1.4.1 Fonte primária.....	10
1.4.2 Fontes secundárias.....	10
1.4.2.1 Usos	11
1.4.3 Declaração de direitos de liberdade econômica	12
1.4.3.1 Objetivos e princípios da Lei nº 13.874/2019.....	13
1.4.3.2 Direitos de liberdade econômica	13
1.4.3.3 Garantias de livre-iniciativa	15

PARTE II – EMPRESÁRIO

CAPÍTULO 2 – EMPRESÁRIO UNIPESSOAL	19
2.1 Empresário.....	19
2.2 Caracterização do empresário unipessoal	19
2.3 Capacidade jurídica	20
2.3.1 Emancipado	20
2.3.2 Incapaz	21
2.3.3 Empresário casado.....	21
2.4 Habilitação e vedações	22
2.5 Exercício profissional da empresa	25
2.6 Empresário individual de responsabilidade limitada.....	27
2.7 Regime peculiar regulador da insolvência	27
2.8 Registro obrigatório.....	28
2.9 Perda da qualidade empresarial	30
CAPÍTULO 3 – REGIME EMPRESARIAL SIMPLIFICADO	31
3.1 Microempresas e empresas de pequeno porte	31
3.1.1 Características gerais	32

3.1.2	Simple Nacional	33
3.1.3	Aspectos trabalhistas.....	35
3.2	Microempreendedor individual.....	36
3.3	Redesim.....	37
3.4	Sociedade de propósito específico.....	38
3.5	Empresa simples de crédito	39
3.6	Inova Simples	39
 CAPÍTULO 4 – REGISTRO		41
4.1	Noção	41
4.2	Registro de empresas.....	41
4.2.1	Composição da Junta Comercial.....	43
4.2.2	Atribuições da Junta Comercial.....	44
4.2.3	Proibido arquivar.....	44
4.2.4	Modificação de atos constitutivos	45
4.2.5	Controle da escrituração.....	45
4.2.6	Publicidade dos atos	45
4.2.7	Matrícula.....	46
4.2.8	Outros deveres.....	46
 CAPÍTULO 5 – ESCRITURAÇÃO.....		49
5.1	Obrigação de manter escrituração.....	49
5.2	Sistemas.....	50
5.3	Instrumentos obrigatórios.....	50
5.4	Exibição administrativa	52
5.5	Exibição judicial da escrituração	52
5.6	Balanços	54
5.7	Outros documentos essenciais.....	54
 CAPÍTULO 6 – NOME EMPRESARIAL		57
6.1	Noção	57
6.2	Firma	58
6.3	Nome da sociedade empresária	58
6.4	Proteção do nome empresarial.....	60
6.5	Exclusividade.....	61
6.6	Concorrência.....	62
6.7	Alienabilidade do nome.....	63
6.8	Perda do nome	63
6.9	Nome e marca	64

CAPÍTULO 7 – ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	65
7.1 Conceito.....	65
7.2 Composição.....	67
7.3 Sinais distintivos	67
7.4 Título do estabelecimento e insígnia.....	67
7.5 Ponto de negócio.....	68
7.6 Renovatória de locação	69
7.6.1 Requisitos para renovação.....	70
7.6.2 Alternativas do locador.....	72
7.6.3 Hipóteses de decisão	75
7.6.4 <i>Shopping center</i>	75
7.7 Aviamento.....	76
7.8 Clientela	77
7.9 Trespasse	77
7.10 Estabelecimento e falência.....	80
7.11 Acesso virtual	81

PARTE III – SOCIEDADE EMPRESÁRIA

CAPÍTULO 8 – REGIME JURÍDICO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA	85
8.1 Princípios da sociedade empresária	85
8.1.1 Princípios explícitos: contrato social plurilateral	85
8.1.2 Princípios explícitos: personificação jurídica	87
8.1.3 Desconsideração da personalidade jurídica.....	89
8.1.3.1 Incidente de desconsideração	92
8.1.4 Sociedade não personificada.....	93
8.1.5 Fim da personalidade jurídica	94
8.1.6 Princípios implícitos.....	94
8.2 Concepção e constituição da sociedade.....	95
8.3 Contrato social	98
8.3.1 Elementos do contrato social.....	98
8.3.1.1 Pluralidade de sócios.....	99
8.3.1.2 Constituição do capital social	100
8.3.1.3 <i>Affectio societatis</i>	101
8.3.1.4 Participação nos lucros e nas perdas	102
8.3.2 Requisitos de registro do contrato social.....	103
8.4 Sociedade empresária e atos de registro	104
8.5 Direitos e obrigações dos sócios	105
8.6 Administração societária	107

8.7	Classificações das sociedades empresárias.....	108
8.7.1	Quanto à natureza do ato conceptivo	109
8.7.2	Quanto à responsabilidade social.....	109
8.7.3	Quanto à composição econômica	110
8.7.4	Quanto ao volume da receita bruta	110
8.8	Sociedades de objeto misto.....	111
8.9	Sociedades dependentes de autorização	111
8.10	Sociedades empresárias no CC.....	112
8.11	Resolução (dissolução parcial).....	113
8.12	Dissolução	115
8.13	Dissolução judicial.....	116
8.14	Prorrogação	117
8.15	Liquidação	117
8.16	Pagamento do passivo.....	119
8.17	Partilha do ativo residual.....	119
 CAPÍTULO 9 – SOCIEDADE LIMITADA.....		121
9.1	Noção	121
9.2	Capital social	122
9.2.1	Capital e patrimônio	124
9.3	Responsabilidade limitada.....	125
9.4	Exceções.....	126
9.5	Regime das cotas.....	127
9.6	Número de cotas.....	128
9.7	Sócio de indústria	129
9.8	Exclusão do sócio remisso.....	129
9.9	Outras hipóteses de exclusão	130
9.10	Aquisição das cotas pela sociedade.....	131
9.11	Cessão de cotas.....	132
9.12	Penhorabilidade das cotas.....	132
9.13	Cotista menor.....	133
9.14	Sucessão nas cotas.....	133
9.15	Alteração contratual e recesso.....	134
9.16	Administração social.....	135
9.17	Deliberações sociais.....	138
9.18	Conselho fiscal	139

PARTE IV – COMPANHIA

CAPÍTULO 10 – CARACTERIZAÇÃO DA COMPANHIA	143
10.1 Noção	143
10.2 Nome	143
10.3 Princípios estruturantes	143
10.3.1 Responsabilidade limitada.....	144
10.3.2 Divisão do capital em ações	144
10.4 Características societárias comuns.....	145
10.4.1 Personalidade jurídica.....	145
10.4.2 Empresa como objeto social.....	146
10.4.3 Objetivo de lucro	149
10.5 Características próprias da companhia.....	149
10.5.1 Natureza empresarial	149
10.5.2 Identificação exclusiva por uma denominação	150
10.5.3 Valor subscrito como limite de responsabilidade.....	151
10.6 Espécies de companhia	151
10.6.1 Companhia aberta	151
10.6.2 Companhia fechada.....	152
10.7 Bolsa de Valores e mercado de balcão.....	153
10.8 CVM.....	154
 CAPÍTULO 11 – CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA.....	 157
11.1 Requisitos preliminares	157
11.2 Procedimentos constitutivos	157
11.2.1 Subscrição pública (continuada ou sucessiva).....	158
11.2.1.1 Registro na CVM.....	159
11.2.1.2 Prospecto	161
11.2.1.3 Subscrição	162
11.2.2 Subscrição particular (simultânea)	163
11.3 Formalidades complementares	164
11.4 Transferência de bens.....	166
 CAPÍTULO 12 – CAPITAL SOCIAL	 167
12.1 Noção	167
12.2 Formação	168
12.3 Modificação	170
12.3.1 Redução de capital	170

12.3.2	Aumento de capital.....	171
12.3.3	Capital autorizado	172
12.3.4	Aumento por capitalização de lucros ou reservas.....	173
12.3.5	Aumento por emissão de novas ações	173
12.4	Direito de preferência.....	174
CAPÍTULO 13	– ÓRGÃOS SOCIAIS	177
13.1	Órgãos sociais de administração e controle	177
13.2	Assembleia geral	177
13.3	Reforma estatutária	178
13.4	Competência.....	179
13.5	Assembleia Geral Ordinária (AGO).....	179
13.5.1	Obrigatoriedade.....	180
13.5.2	Periodicidade.....	181
13.5.3	Objeto definido em lei	182
13.6	Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	182
13.7	Conselho de administração	183
13.8	Diretoria.....	185
13.9	Conselho Fiscal	187
13.10	Administradores	189
13.10.1	Deveres.....	190
13.10.2	Proibições	190
13.10.3	Responsabilidade	191
13.11	Acionista controlador.....	193
13.12	Acordo de acionistas.....	195
CAPÍTULO 14	– ACIONISTA	197
14.1	Direitos e deveres do acionista.....	197
14.1.1	Direito de recesso	198
14.1.2	Deveres.....	199
14.2	Direito de voto.....	199
14.3	Suspensão de direitos	200
CAPÍTULO 15	– MODALIDADES ESPECIAIS DE COMPANHIA.....	203
15.1	Noção	203
15.1.1	Sociedade de economia mista.....	203
15.1.2	Grupos intersocietários	204
15.1.2.1	Alienação do controle	206

15.1.3 Grupos societários.....	207
15.1.4 Consórcio.....	207
15.1.5 Subsidiária integral.....	208
15.1.6 Comandita por ações	209
15.1.7 Transformação	209
15.1.8 Concentração de empresas.....	210
15.1.8.1 Incorporação	211
15.1.8.2 Fusão.....	211
15.1.8.3 Cisão	212
15.1.9 Sociedade de garantia solidária e sociedade de contragarantia.....	213

PARTE V – VALORES MOBILIÁRIOS

CAPÍTULO 16 – AÇÕES	217
16.1 Valores mobiliários.....	217
16.2 Ação.....	217
16.3 Natureza jurídica.....	218
16.4 Valores.....	219
16.5 Prazo.....	221
16.6 Espécies e classes.....	222
16.6.1 Ordinárias.....	222
16.6.2 Preferenciais	223
16.6.3 Rentabilidade.....	225
16.6.4 Dividendos	226
16.6.4.1 Dividendo obrigatório.....	227
16.6.5 Pagamento	228
16.7 Ações de gozo ou fruição.....	228
16.8 Propriedade da ação	229
16.9 Forma	229
16.9.1 Ações nominativas.....	229
16.9.2 Ações escriturais	230
16.10 Certificados de ações.....	231
16.11 Custódia	232
16.12 Certificado de depósito.....	233
16.13 Liquidação antecipada.....	234
16.13.1 Amortização.....	234
16.13.2 Resgate	235
16.13.3 Reembolso	236
16.14 Negociação em mercado.....	237

CAPÍTULO 17 – PARTES BENEFICIÁRIAS.....	239
17.1 Noção	239
17.2 Requisitos indispensáveis	239
17.3 Forma, vantagem e negociação	240
CAPÍTULO 18 – DEBÊNTURES	241
18.1 Noção	241
18.2 Requisitos indispensáveis	242
18.3 Direitos.....	242
18.4 Conversibilidade	243
18.5 Forma	244
18.6 Prazos	245
18.7 Instituições financeiras	245
18.8 Emissão	245
18.9 Certificados.....	247
18.10 Rentabilidade.....	248
18.11 Negociação.....	249
18.12 Liquidação antecipada.....	249
18.13 Cédula de debêntures	250
18.14 Agente fiduciário	251
18.15 Assembleia dos debenturistas	252
CAPÍTULO 19 – BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO	253
19.1 Noção	253
19.2 Requisitos.....	253
19.3 Rentabilidade.....	254
19.4 Negociação.....	254
CAPÍTULO 20 – NOTA PROMISSÓRIA – COMMERCIAL PAPER.....	255
20.1 Noção e requisitos.....	255

PARTE VI – TÍTULOS DE CRÉDITO

CAPÍTULO 21 – TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO	259
21.1 Noção	259
21.2 Atributos essenciais	260
21.3 Atributos eventuais.....	262
21.4 Inoponibilidade de exceções pessoais.....	263

21.5	Classificação	264
21.6	Requisitos formais indispensáveis	265
21.7	Endosso	266
21.7.1	Endosso-mandato	267
21.7.2	Endosso póstumo	268
21.7.3	Endosso-caução	268
21.7.4	Endosso e cessão	269
21.8	Aval	269
21.9	Aval e fiança	271
21.10	Título incompleto	272
21.11	Apresentação e pagamento	274
21.12	Execução	275
21.12.1	Penhora de crédito titulado	277
21.12.2	Título oriundo do estrangeiro	277
21.13	Prescrição	277
21.14	Regime legal	278
CAPÍTULO 22 – CAMBIAIS		279
22.1	Noção	279
22.2	Requisitos de validade da letra de câmbio	280
22.2.1	Denominação letra de câmbio	280
22.2.2	Mandato de pagar quantia determinada	280
22.2.3	Nome da pessoa que deve pagar	281
22.2.4	Nome da pessoa a quem deve ser paga	281
22.2.5	Assinatura de próprio punho do sacador	282
22.3	Requisitos de validade da nota promissória	283
22.4	Requisitos não essenciais das cambiais	284
22.5	Aceite	284
22.6	Vencimento	285
22.7	Pagamento	287
22.8	Ressaque	288
22.9	Prescrição das cambiais	288
22.10	Ação de anulação	289
22.11	Promissória vinculada	289
CAPÍTULO 23 – CHEQUE		291
23.1	Ordem de pagamento	291
23.1.1	Banco ou instituição equiparada	291

23.1.2 Saldo disponível em poder do sacado.....	291
23.1.3 Conta-corrente bancária.....	292
23.2 Natureza jurídica.....	293
23.3 Abstração	295
23.4 Requisitos de validade.....	296
23.5 Intervenientes.....	299
23.6 Apresentação	300
23.7 Espécies quanto à circulação	301
23.8 Endosso.....	302
23.9 Aval.....	304
23.10 Cheque pós-datado.....	305
23.11 Cheque cruzado	306
23.12 Cheque para creditar	306
23.13 Cheque visado.....	307
23.14 Cheque de turismo	307
23.15 Cheque postal.....	308
23.16 Cheque administrativo.....	308
23.17 Cheque plural.....	308
23.18 Cheque garantido.....	309
23.19 Contraordem e sustação	309
23.20 Pagamento de cheque falso.....	312
23.21 Recusa de pagamento.....	312
23.22 Protesto	313
23.23 Ação por falta de pagamento.....	314
23.24 Prescrição da eficácia executiva	315
23.25 Banco e correntista	317
23.26 Serviço de compensação.....	317
23.27 Cheque sem fundos.....	317
23.28 Cadastro de emitentes de cheque sem fundos	319
23.29 Substituição do cheque por outros instrumentos.....	320
CAPÍTULO 24 - DUPLICATA	323
24.1 Duplicata e nota fiscal-fatura	323
24.2 Requisitos.....	326
24.3 Remessa e devolução	327
24.4 Aceite	327
24.5 Pagamento	328
24.6 Protesto	330

24.7	Triplicata	332
24.8	Execução	332
24.9	Prescrição	334
24.10	Exceções e causalidade.....	334
24.11	Duplicata simulada.....	335
24.12	Bloqueto de cobrança ou boleto bancário	336
24.13	Cobrança bancária eletrônica	338
24.14	Gerenciamento financeiro eletrônico	339
24.15	Duplicata eletrônica.....	339
CAPÍTULO 25 – TÍTULOS DE CRÉDITO IMPRÓPRIOS		341
25.1	Noção	341
25.2	Títulos representativos	341
25.3	Títulos de financiamento	344
25.4	Títulos de legitimação	348
25.5	Títulos do agronegócio	348
CAPÍTULO 26 – PROTESTO		351
26.1	Noção	351
26.2	Protocolização	353
26.3	Intimação	353
26.4	Sustação.....	355
26.5	Pagamento	356
26.6	Espécies	356
26.7	Conteúdo do registro	357
26.8	Cancelamento.....	357
26.9	Protesto especial falimentar.....	359
26.10	Microempresa e empresa de pequeno porte	359
26.11	Títulos sujeitos a protesto	360

PARTE VII – CONTRATOS MERCANTIS

CAPÍTULO 27 – CONTRATOS MERCANTIS		365
27.1	Introdução	365
27.2	Princípios do CC	365
27.3	Normas regentes	366
27.4	Formação	366
27.5	<i>Pacta sunt servanda</i>	368
27.6	<i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	368

27.7	<i>Rebus sic stantibus</i>	369
27.8	Caso fortuito e força maior.....	370
27.9	Extinção do contrato	370
CAPÍTULO 28 – COMPRA E VENDA MERCANTIL.....		373
28.1	Noção	373
28.2	Venda à vista de amostras.....	374
28.3	Obrigações do vendedor.....	374
28.3.1	Entrega da mercadoria vendida	374
28.3.2	Responsabilidade por vício e por evicção	375
28.4	Obrigações do comprador	375
28.5	Coisa	375
28.6	Preço	376
28.7	<i>Incoterms</i>	376
CAPÍTULO 29 – MANDATO MERCANTIL		379
29.1	Noção	379
29.2	Terceiro.....	380
29.3	Obrigações.....	380
29.4	Extinção	380
CAPÍTULO 30 – COMISSÃO MERCANTIL.....		383
30.1	Noção	383
30.2	Obrigações.....	383
CAPÍTULO 31 – CARTÃO DE CRÉDITO		385
31.1	Noção	385
31.2	Elementos.....	386
31.3	Vantagens.....	386
31.4	Contratos	387
31.5	Natureza jurídica	388
31.6	Modalidades	389
31.7	Uso indevido.....	390
31.8	Juros remuneratórios.....	391
31.9	Preço e pagamento com cartão	392
31.10	Algumas regras operacionais	392
CAPÍTULO 32 – FATURIZAÇÃO (FACTORING)		395
32.1	Noção	395

32.2 Partes	396
32.3 Características do contrato	396
32.4 Modalidades	399
CAPÍTULO 33 – ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING)	401
33.1 Noção	401
33.2 Requisitos do contrato	402
33.3 Antecipação do VRG	403
33.4 Prazos	404
33.5 Partes	405
33.6 Modalidades	405
33.7 Inadimplemento.....	407
33.8 <i>Leasing</i> e CDC.....	409
33.9 <i>Leasing</i> e ICMS.....	410
CAPÍTULO 34 – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	411
34.1 Noção	411
34.2 Requisitos.....	412
34.3 Mora e inadimplemento.....	413
34.4 Busca e apreensão	415
34.5 Coisa imóvel	416
CAPÍTULO 35 – FRANQUIA EMPRESARIAL (FRANCHISING)	419
35.1 Noção	419
35.2 Partes	420
35.3 Obrigações do franqueador.....	420
35.4 Obrigações do franqueado	423
35.5 Contrato de franquia	423
CAPÍTULO 36 – REPRESENTAÇÃO COMERCIAL AUTÔNOMA	425
36.1 Noção	425
36.2 Representante comercial.....	425
36.3 Requisitos do contrato	426
36.4 Justa causa para rescisão	427
36.5 Obrigações do representante.....	428
36.6 Obrigações do representado.....	429
CAPÍTULO 37 – AGÊNCIA/DISTRIBUIÇÃO E CONCESSÃO	431
37.1 Cooperação interempresarial.....	431

37.2	Agência/distribuição	431
37.3	Outras modalidades de distribuição	432
37.4	Concessão comercial de veículos automotores.....	433
CAPÍTULO 38 – CONTRATO DE SEGURO.....		435
38.1	Direito positivo	435
38.2	Caráter mercantil do seguro.....	435
38.3	Notícia histórica.....	435
38.4	Natureza jurídica e proteção legal	436
38.5	Intervenientes.....	436
38.6	Comprovação	436
38.7	Conteúdo do instrumento constitutivo	438
38.8	Modalidades.....	438
38.9	Regras gerais básicas previstas no CC.....	438
38.10	Perda do direito à indenização.....	439
38.11	Seguro-saúde e doença preexistente.....	439
38.12	Prazos prescricionais.....	440
38.13	Previsão penal	441
38.14	Diretrizes processuais.....	441
38.15	Resseguro.....	441
38.16	Regras sumuladas pelos tribunais superiores	443
CAPÍTULO 39 – CONTRATOS DE SUPORTE EMPRESARIAL.....		445
39.1	Transporte e armazenamento.....	445
39.2	Contrato de transporte de coisas	445
39.2.1	Deveres do transportador.....	447
39.2.2	Outras normas sobre transportes.....	448
39.3	Contrato de depósito em armazéns gerais.....	449
CAPÍTULO 40 – CONTRATOS BANCÁRIOS.....		451
40.1	Banco	451
40.2	Instituições financeiras	453
40.3	Sigilo bancário.....	455
40.4	Operações bancárias.....	457
40.4.1	Contratos de operações passivas	458
40.4.1.1	Certificado de depósito bancário.....	460
40.4.1.2	Recibo de depósito bancário	460
40.4.2	Contratos de operações ativas.....	462
40.4.2.1	Mútuo bancário.....	462

40.4.2.2 Desconto de títulos de terceiros	463
40.4.2.3 Abertura de crédito	463
40.5 Revisão dos contratos bancários	466
40.6 Remuneração de serviços de instituições financeiras	467

PARTE VIII – DIREITOS DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO 41 – DIREITOS DO CONSUMIDOR	473
41.1 Consumidor e relação de consumo	473
41.2 Direitos do consumidor	474
41.3 Responsabilidade do fornecedor	475
41.4 Responsabilidade pelo fato do produto	476
41.4.1 Excludentes	477
41.5 Responsabilidade pelo fato do serviço	477
41.6 Responsabilidade por vício do produto e do serviço	477
41.7 Decadência e prescrição	479
41.8 Desconsideração da personalidade jurídica	479
41.9 Práticas infrativas	480
41.10 Publicidade e propaganda	481
41.10.1 Publicidade enganosa e publicidade abusiva	482
41.11 Proteção contratual	483
41.12 Cláusulas abusivas	484
41.13 Inversão do ônus probatório	485
41.14 Declaração de ofício	485
41.15 Negativação do consumidor inadimplente	485

PARTE IX – FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES

CAPÍTULO 42 – INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL	489
42.1 Introdução	489
42.2 Síntese histórica	489
42.3 Princípios do regime concursal empresarial	491
42.3.1 Princípio da viabilidade da empresa	491
42.3.2 Princípio da prevalência do interesse dos credores	492
42.3.3 Princípio da publicidade dos procedimentos	492
42.3.4 Princípio da <i>par conditio creditorum</i>	492
42.3.5 Princípio da conservação e maximização dos ativos	493
42.3.6 Princípio da conservação da empresa viável	493
42.4 Transição legal	493

CAPÍTULO 43 – DEVEDOR EMPRESÁRIO	495
43.1 Pessoa física e pessoa jurídica	495
43.2 Empresas excluídas	497
43.3 Empresas sujeitas a regime especial	497
43.4 Empresário não personificado	499
43.5 Sócios.....	500
43.6 Impedidos de exercer a empresa.....	501
43.7 Microempresa e empresa de pequeno porte	501
43.8 Licitação.....	502
CAPÍTULO 44 – COMPETÊNCIA.....	503
44.1 Juízo do principal estabelecimento.....	503
44.2 Princípios do juízo concursal.....	504
44.2.1 Devedor autor	505
44.2.2 Reclamações trabalhistas	505
44.2.3 União	505
44.2.4 Créditos tributários	505
44.2.5 Ações anteriores ao processo de insolvência.....	505
CAPÍTULO 45 – CRÉDITOS	507
45.1 Ordem de preferência dos credores.....	507
45.2 Verificação	507
45.2.1 Créditos relacionados e habilitação de créditos	508
45.3 Impugnação	510
45.4 Classificação dos créditos na falência	513
CAPÍTULO 46 – RECUPERAÇÕES	517
46.1 Introdução	517
46.2 Meios de recuperação.....	517
46.3 Recuperação extrajudicial	521
46.3.1 Características da recuperação extrajudicial.....	521
46.3.2 Procedimento recuperatório	522
46.4 Recuperação judicial	525
46.4.1 Legitimação ativa.....	528
46.4.2 Despacho de processamento	529
46.5 Plano de recuperação judicial.....	530
46.6 Impugnação	531
46.7 Laudo econômico-financeiro	531

46.8	Assembleia geral de credores	532
46.9	Decisão sobre o plano	533
46.10	Administração dos bens.....	535
46.11	Substituição administrativa	536
46.11.1	Condenação criminal.....	536
46.11.2	Dolo, simulação ou fraude.....	537
46.11.3	Esvaziamento do patrimônio	537
46.11.4	Recusa de informações	538
46.12	Administrador judicial.....	538
46.13	Comitê de credores.....	539
46.14	Convolução em falência	540
46.15	Cumprimento da recuperação	541
CAPÍTULO 47 - ESTADO DE FALÊNCIA.....		543
47.1	Noção de falência.....	543
47.2	Pressupostos do estado de falência.....	543
47.3	Critérios aferidores da insolvência	544
47.3.1	A impontualidade como causa de pedir na falência	544
47.3.2	A execução frustrada como causa de pedir na falência.....	547
47.3.3	Sintomas legais como causa de pedir na falência	548
47.4	Decretação judicial	552
47.5	Falência <i>ex officio</i>	552
47.6	Pluralidade de credores.....	553
47.7	Meio judicial de cobrança.....	553
CAPÍTULO 48 - AÇÃO CONSTITUTIVA DE FALÊNCIA		555
48.1	Introdução	555
48.2	Legitimação ativa	555
48.2.1	Falência requerida pelo próprio devedor	555
48.2.2	Falência requerida por credor.....	557
48.2.2.1	Credor privilegiado	558
48.2.2.2	Fazenda Pública	558
48.2.2.3	Sócio e liquidante.....	559
48.2.3	Espólio.....	559
48.3	Procedimento	560
48.4	Pedido com base nos atos enumerados em lei.....	563
48.5	Parecer do Ministério Público.....	564
48.6	Desistência do pedido	564
48.7	Resposta do réu na ação falimentar.....	564

CAPÍTULO 49 – SENTENÇA E RECURSOS	569
49.1 Sentença decretatória	569
49.1.1 Termo legal	571
49.1.2 Nomeação do administrador judicial	571
49.1.3 Convocação de assembleia e constituição de Comitê.....	572
49.1.4 Publicidade da decretação.....	573
49.2 Denegação do pedido de falência.....	573
49.3 Recursos.....	574
49.4 Revogação da falência	576
CAPÍTULO 50 – EFEITOS DA DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA	577
50.1 Efeitos da sentença.....	577
50.1.1 Formação da massa falida subjetiva.....	577
50.1.2 Suspensão das ações individuais.....	579
50.1.3 Suspensão condicional da fluência de juros.....	580
50.1.4 Exigibilidade antecipada dos créditos.....	581
50.1.5 Suspensão da prescrição	582
50.1.6 Arrecadação dos bens do devedor.....	583
50.2 Efeitos quanto ao devedor	583
50.2.1 Direitos do devedor.....	586
50.3 Efeitos quanto aos contratos do devedor.....	586
50.4 Administradores e controladores	589
CAPÍTULO 51 – AÇÕES REVOCATÓRIAS	591
51.1 Atos prejudiciais à massa.....	591
51.2 Atos suscetíveis de revogação na falência.....	592
51.3 Ação revocatória e presunção de fraude.....	592
51.3.1 Dano.....	592
51.3.2 Atos suscetíveis de revogação	593
51.3.2.1 Atos praticados durante o termo legal	594
51.3.2.2 Atos praticados no biênio pré-falimentar	595
51.3.2.3 Inscrições	596
51.3.2.4 Venda ou transferência do estabelecimento.....	596
51.4 Ação pauliana falencial	597
51.5 Efeito restitutivo.....	598
51.6 Processo revocatório	599
CAPÍTULO 52 – ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA	601
52.1 Órgãos da falência	601
52.2 Administrador judicial.....	601

52.3	Funções do administrador judicial.....	602
52.4	Substituição do administrador judicial.....	604
52.5	Remuneração do administrador judicial.....	604
52.6	Responsabilidade do administrador	605
52.7	Ministério Público	605
52.8	Comitê de Credores.....	606
52.9	Assembleia geral de credores	607
CAPÍTULO 53 - LIQUIDAÇÃO E ENCERRAMENTO.....		609
53.1	Fase executiva	609
53.2	Arrecadação.....	609
53.3	Destinação antecipada de bens	611
53.4	Falência frustrada	612
53.5	Restituição	613
53.6	Realização do ativo	616
53.7	Solução do passivo.....	619
53.8	Encerramento.....	620
53.9	Extinção das obrigações.....	621
CAPÍTULO 54 - DIREITO PENAL FALIMENTAR.....		623
54.1	Introdução	623
54.2	Crimes falimentares.....	624
54.3	Inquérito penal falimentar.....	626
54.4	Ação penal falimentar	627
54.5	Sentença	629
<u>PARTE X - DIREITO CONCORRENCIAL</u>		
CAPÍTULO 55 - DIREITO CONCORRENCIAL.....		633
55.1	Bases do direito concorrencial brasileiro.....	633
55.2	Lei de Defesa da Concorrência	634
55.3	Composição do SBDC.....	634
55.4	Infrações contra a ordem econômica.....	636
55.5	Sanções.....	638
55.6	Direito de ação	639
55.7	Prescrição.....	640
55.8	Acordo de leniência.....	640
55.9	Crimes contra a ordem econômica	641
55.10	Concentrações empresariais.....	642
55.11	Atos de concentração	642

PARTE XI – PROPRIEDADE INDUSTRIAL

CAPÍTULO 56 – DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	647
56.1 Introdução	647
56.2 Titularidade da patente	648
56.3 Patenteabilidade	649
56.4 Novidade	650
56.5 Inventividade	651
56.6 Industriabilidade	651
56.7 Prioridade	651
56.8 Depósito do pedido de patente	652
56.9 Publicação	653
56.10 Exame do pedido	654
56.11 Concessão da patente	655
56.12 Violação do direito da patente	655
56.13 Nulidade	656
56.14 Licença	656
56.15 Extinção da patente	657
56.15.1 Caducidade	657
56.16 Desenho industrial	657
56.17 Marcas	658
56.17.1 Espécies	659
56.17.2 Categorias	660
56.17.3 Marcas não registráveis	660
56.17.4 Proteção e restrições	661
56.17.5 Registro da marca	661
56.18 Concorrência indevida	662
56.18.1 Modalidades	663
56.18.2 Concorrência desleal	663
56.18.3 <i>Software</i>	665
56.18.4 Moedas virtuais ou criptomoedas	666
SÚMULAS EM MATÉRIA COMERCIAL	667
1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	667
2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	669
BIBLIOGRAFIA	683